

Otimismo para 94

EMERSON KAPAZ

JORNAL DA TARDE
12 JAN 1994

Muita gente tem traçado cenários pessimistas para 1994. Um ano em que se prevêem grandes mudanças na economia e que também será um ano de eleições gerais certamente dará muito fio para as teias que os arautos do mau agouro gostam de tecer.

Acredito que 1994 será um ano difícil, mas repleto de fatos positivos. O plano de estabilização econômica possivelmente será implementado com as dificuldades previsíveis. Será muito difícil eliminar completamente o déficit público, mas poderemos ter um pequeno déficit administrável, como ocorre nos países de economia estável.

Haverá que se negociar muito para evitar o recrudescimento da inflação. O IPMF, o aumento de 5% nos tributos federais e a antecipação do seu recolhimento são altamente inflacionários e os primeiros estudos indicam que a carga tributária subirá de 24% para 28% do PIB. Pode parecer pouco, se feita a comparação com a carga tributária dos países desenvolvidos, que anda na casa dos 40%. Mas é demais para os que realmente pagam todos os impostos e encargos sociais. Uma indústria que hoje, no Brasil, já recolhe cerca de 60% de seu faturamento aos cofres públicos, sofrerá um aumento de 20% nos seus custos, o que é inaceitável.

No processo de implementação da Unidade Real de Valor, será preciso levar em conta a realidade brasileira. Não me refiro apenas ao fato de que nossas reservas em dólares beiram os US\$ 30 bilhões, enquanto o ativo circulante é de US\$ 118 bilhões. Esse fato também precisa ser levado em conta, mas



HAVERÁ QUE SE NEGOCIAR MUITO PARA EVITAR O RECRUDESCIMENTO DA INFLAÇÃO

não se trata apenas disto.

Trata-se sobretudo de dar a mesma prioridade ao combate à inflação e à luta contra a miséria. O plano de estabilização é uma excelente oportunidade para darmos um choque de produção na economia. Com preços estáveis e um poder aquisitivo constante da população, será possível elevar a oferta de produtos, aumentando o consumo, o emprego e a arrecadação.

Ocorre que nos países onde planos de estabilização desse tipo foram implementados aconteceu o contrário. Os juros permaneceram em patamares estratosféricos e os primeiros anos de estabilização foram marcados por ciclos recessivos e pela importação até de produtos básicos, com desemprego de mais de 10% da população economicamente ativa. O plano deve, portanto, avaliar as

consequências sociais embutidas da URV junto com uma política de incentivo à produção que diminua a miséria e lance as bases da retomada do crescimento sustentado da economia.

Creio que o governo estará atento a essas questões e cuidará de negociar com a sociedade todos esses pontos. Uma grande dificuldade, sem dúvida, é que essa negociação precisará ser feita em um ano eleitoral. Não serão poucos os caciques políticos que frequentarão a mídia para bombardear o esforço de acabar com a inflação, como se essa responsabilidade não fosse de todos nós.

É aí que deve entrar o esforço da sociedade civil. A suspensão definitiva dos direitos políticos do ex-presidente Fernando Collor, a cassação de deputados acusados de comprarem os colegas e a certeza de que a

CPI do Orçamento vai produzir resultados contundentes — tudo isso mostra a força própria que a pressão da sociedade civil imprimiu às mudanças que estão ocorrendo no Brasil.

Podemos afirmar sem hesitação: assim como 92-93 foi o biênio em que politicamente se passou o Brasil a limpo, 94-95 será o tempo de um novo desenvolvimento econômico e social. A tarefa da sociedade civil será a de pressionar, de baixo para cima, a fim de que a luta contra a inflação seja assumida por todos — Executivos federal, estaduais e municipais, Legislativos e Judiciários, agentes econômicos etc.

Tal esforço já começou a ser esboçado em uma articulação que envolve o Movimento Contra a Fome e a Miséria, algumas entidades empresariais nacionais, centrais sindicais e meios de comunicação. Há muita possibilidade de ação, a começar do estabelecimento da negociação de metas decrescentes de inflação para preços, tarifas e juros. O alcance de tais metas, voluntário, seria acompanhado por câmaras sociais — as atuais câmaras setoriais, nas quais seriam incluídos representantes dos consumidores.

Enfim, há muito o que fazer e tenho a certeza de que as lideranças amadurecidas de políticos, empresários e trabalhadores saberão enfrentar os desafios que nos reserva este ano de 1994.

O AUTOR

Emerson Kapaz é
coordenador-geral
do PNBE e
presidente da
Abrinq

